

Semado

POLÍTICA

CONGRESSO

Arruda sai do PSDB para evitar expulsão

Movimento contra permanência do ex-líder tinha apoio de Fernando Henrique

CHRISTIANE SAMARCO
e SILVIA FARIA

BRASÍLIA – Pressionado por parlamentares e dirigentes tucanos e diante do desejo explícito do presidente Fernando Henrique Cardoso de ver o ex-líder do governo fora de seu partido, o senador José Roberto Arruda (DF) formalizou ontem seu desligamento do PSDB. Sua carta foi levada a conhecimento da bancada de senadores no início da noite, em reunião comandada pelo líder Sérgio Machado (PSDB-CE).

A proposta da expulsão, para forçar a desfiliação espontânea do senador envolvido no escândalo da fraude no processo eletrônico de votação do Senado, foi acertada durante um almoço da executiva nacional tucana. Foi quando o presidente do PSDB, senador Teotônio Vilela (AL), o secretário-geral Márcio Fortes (RJ) e o líder na Câmara, Jutahy Magalhães (BA), decidiram que caberia ao vice-presidente Alberto Goldman (SP) apresentar a proposta na reunião da bancada da Câmara.

Aquela altura, Fernando Henrique já havia deixado claro a mais de um interlocutor, inclusive ministros de Estado, sua opinião taxativa.

“É um caso de pena máxima.”

Até em conversas de bastidor, os articuladores Planalto tiveram o cuidado de manter o governo fora da polémica do Senado. O secretário-geral da Presidência e coordenador político do governo, Aloysio Nunes Ferreira, insistiu ontem que nem o governo nem o presidente opinariam sobre o episódio da violação do sistema eletrônico de votação, por considerar que só os senadores podem formular juízo sobre questões de decoro e aplicar as penas cabíveis. Mas um interlocutor presidencial garante que Fernando Henrique recomendou a seus ministros, entre os quais o da Fazenda, Pedro Malan, e o da Educação, Paulo Renato de Souza, que não minimizassem o episódio porque um partido que nasceu com a bandeira da ética como o PSDB não pode abrigar um fraudador confesso.

Quem negociou o desligamento foram as deputadas Yeda Crusius (RS) e Lúcia Vânia

(GO), as únicas entre os 77 deputados presentes à reunião da tarde que ponderaram contra a decisão majoritária da bancada da Câmara de recomendar à executiva a abertura imediata do processo de expulsão de Arruda. Pouco antes das 17h, as duas deixaram o Congresso rumo a casa de um advogado onde Arruda decidira refugiar-se, levando o resultado da reunião e o conselho da renúncia à filiação.

Argumentos – “O melhor é evitar um sofrimento desnecessário”, ponderou Lúcia Vânia, na condição de quem cultivava uma amizade pessoal por Arruda há 15 anos. “O momento requer sua solidariedade ao partido, que não pode ficar obrigado ao constrangimento da convivência contigo durante o processo”, argumentou Yeda.

Mesmo emocionalmente abalado com os acontecimentos, Arruda concordou logo em assinar uma carta de desfiliação. Até os que se posicionam contra o atropelo do rito que já está em curso no Senado e defendem o direito amplo de defesa, como boa parte dos senadores, o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG) e o líder do governo, deputado Arthur Virgílio Neto (PMDB-AM), reconhecem que Arruda cometeu erros graves. O que mais irritou o Planalto e os tucanos foi a afirmação de que ele estivera fiel com o governo “em situações

PLANALTO
EXIGIA
“PENA
MÁXIMA”

muito mais graves do que esta”, no discurso da véspera.

Até Fernando Henrique havia classificado o discurso de confissão como um ato de humildade e coragem, mas depois de uma análise mais cuidadosa, a opinião dos tucanos era outra. “Chegamos a conclusão de que ele mente até quando se propõe a dizer a verdade”, resumiu um cardeal da direção do PSDB, ao salientar que ninguém havia acreditado na afirmação de que ele não pedira a lista da votação secreta da cassação do senador Luiz Estevão, enviada a sua casa pela diretora do Prodasen, Regina Borges. Mas a frase que causou a pior impressão foi a avaliação do próprio Arruda sobre seu discurso. “Matei a pau”, disse o senador diante das Câmaras de televisão. A partir daí, os que haviam elogiado a confissão corajosa do senador concluíram que o ato de humildade não passava de uma estratégia de defesa, orientada pelo advogado.



No plenário, ACM conversa com os dois senadores que investigam o caso: Tebet (E), do Conselho de Ética, e Tuma, da Corregedoria

Wilson Pedrosa/AE